

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**EDITAL**  
**CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1**

O Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de História do Brasil, na disciplina HH 483 - História do Brasil II, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

**1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO**

- 1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.
- 1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:
  - 1.2.1. Título de Doutor em História ou em área acadêmica com outra denominação mas de conteúdo próximo e experiência/produção científica comprovada nos temas previstos no Anexo I;
  - 1.2.2. A inscrição do candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

**2. DO REGIME DE TRABALHO**

- 2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.
- 2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.
- 2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio:  
[http://www.pg.unicamp.br/mostra\\_norma.php?consolidada=S&id\\_norma=2684](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684).
- 2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.
- 2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:
  - a) RTP – R\$ 1.795,84
  - b) RTC – R\$ 4.558,58
  - c) RDIDP – R\$ 10.360,26

**3. DAS INSCRIÇÕES**

- 3.1. As inscrições deverão ser feitas de forma presencial pelo candidato ou por seu procurador (procuração simples) nos dias úteis compreendidos dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE –, no horário das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, na Secretaria do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, situado na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo. Endereço: Rua Cora Coralina, 100 – Barão Geraldo – Campinas/SP - CEP 13083-896.
  - 3.1.1. Não serão admitidas inscrições enviadas via postal, via fac-símile ou correio eletrônico, nem inscrições condicionais ou apresentadas fora do prazo estabelecido.
- 3.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado requerimento dirigido ao Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:
  - a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a Ata da defesa de sua Tese de Doutorado, ou documento oficial equivalente, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. O candidato que tenha obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovado, deverá obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;
  - b) documento de identificação pessoal, em cópia;
  - c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:
    - c.1. títulos universitários;
    - c.2. curriculum vitae et studiorum;
    - c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;
    - c.4. títulos honoríficos;
    - c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

- c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.
- d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial;
- 3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.
- 3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.
- 3.2.3. No ato da inscrição o candidato poderá manifestar por escrito a intenção de realizar as provas na língua inglesa. Os conteúdos das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa serão os mesmos.
- 3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que a submeterá ao Departamento ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.
- 3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.
- 3.3.2. A Unidade divulgará no sítio [www.ifch.unicamp.br/historia/concursos](http://www.ifch.unicamp.br/historia/concursos) a deliberação da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.
- 3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no sítio [www.ifch.unicamp.br/historia/concursos](http://www.ifch.unicamp.br/historia/concursos), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.
- 3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.
- 3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

#### **4. DA COMISSÃO JULGADORA**

- 4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.
- 4.1.1. Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.
- 4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.
- 4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.

#### **5. DAS PROVAS**

- 5.1. O concurso constará das seguintes provas
- a) prova escrita (peso 1);
  - b) prova de títulos (peso 1);
  - c) prova de arguição (peso 1);
  - d) prova didática (peso 1);
- 5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.
- 5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.
- 5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
- 5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.
- 5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.
- 5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

##### **Prova escrita**

- 5.5. A prova escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.
- 5.5.1. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa.
- 5.5.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.1. não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).
- 5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão

Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.5.4. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.

#### **Prova de títulos**

5.6. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

5.6.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

5.6.2. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos.

#### **Prova de arguição**

5.7. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.7.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.7.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.7.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

#### **Prova didática**

5.8. A prova didática versará sobre o programa de disciplina em concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.8.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.8.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.9. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.10. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

## **6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS**

6.1. As provas de títulos, arguição, didática terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova escrita terá caráter eliminatório e classificatório, independentemente do número de candidatos.

a) serão considerados aprovados na prova escrita com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

b) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova escrita;

c) as notas atribuídas na prova escrita por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.3. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.5.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar

na lista ordenada de cada examinador.

6.5.4. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a maior média obtida na prova didática e a maior média obtida na prova de títulos. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.5.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2 e 6.5 deverão se realizar no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD), e encaminhada à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

## **7. DA ELIMINAÇÃO**

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

## **8. DO RECURSO**

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP ([www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br))

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio [www.ifch.unicamp.br/historia/concursos](http://www.ifch.unicamp.br/historia/concursos), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 01 ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2. "c" e "d") entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Após este prazo, se não retirados, os memoriais serão descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13.

9.8.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no sítio [www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br) ou junto à Secretaria do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova

correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.10. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

## **Anexo I – Programa da Disciplina**

### **Programa:**

O objetivo da disciplina é analisar a produção historiográfica sobre o século XIX no Brasil, destacando os processos de transformação política e organização do escravismo como sistema de propriedade e forma de trabalho. Pretende-se também apresentar fontes e possibilidades de pesquisa e ensino sobre os temas contemplados ao longo do curso, em especial aqueles ligados à história social do trabalho e da cultura.

1. O processo de emancipação política: debates na historiografia.
2. O problema do tráfico africano na formação do Estado imperial.
3. Resistência escrava e política imperial.
4. A escravidão na prosa de ficção do Oitocentos.
5. A escravidão no teatro e na poesia do Oitocentos.
6. Política de terras e de trabalho.
7. A experiência dos trabalhadores livres e libertos: cidadania, dependência, precariedade da liberdade.
8. Imprensa e abolicionismo.
9. Abolição e crise da monarquia.
10. Raça, imigração e política no Oitocentos.
11. Abordagens sobre a escravidão no ensino e em materiais didáticos.

### **Bibliografia:**

Abreu, O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Albuquerque, Wlamyra R. de, O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

Alencastro, Luiz Felipe de, org., História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Alonso, Angela, Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

Arêas, Vilma Sant'Anna, Na tapera de Santa Cruz: uma leitura de Martins Pena, São Paulo, Martins Fontes, 1987.

Azevedo, Célia Marinho de, Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Azevedo, Elciene, O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo, Campinas, Editora da UNICAMP, 2010.

Balaban, Marcelo, Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888), Campinas, Editora da UNICAMP, 2009.

Cardoso, Fernando Henrique, Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Carvalho, José Murilo de, org., A construção nacional, 1830-1889, Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2012, volume 2 da coleção História do Brasil Nação: 1808-2010.

Carvalho, José Murilo de, A construção da ordem: a elite política imperial, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

Carvalho, José Murilo de, Teatro de sombras: a política imperial, São Paulo, Edições Vértice, 1988.

Castro, Hebe Maria Mattos de, Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, São Paulo, Brasiliense, 1987.

Castro, Hebe Maria Mattos de, Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993.

Chalhoub, Sidney, Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte, São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

Chalhoub, Sidney, A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil imperial, São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

Chalhoub, Sidney, Machado de Assis, historiador, São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

Costa, Emília Viotti da, Da monarquia à república: momentos decisivos, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Cunha, Manuela Carneiro da, Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, 2ª. edição.

Dean, Warren, Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Dias, Maria Odila Leite da Silva, Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, São Paulo, Brasiliense, 1984.

Eisenberg, Peter, Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Eisenberg, Peter, *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XIX e XX*, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989.

Florentino, Manolo, *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

Florentino, Manolo e Góes, José Roberto, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

Fraga Filho, Walter, *Encruzilhadas da liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2006.

Gledson, John, *Machado de Assis: ficção e história*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993.

Graham, Richard, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

Graham, Sandra Lauderdale, *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Grinberg, Keila, *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

Heywood, Linda M., org., *Diáspora negra no Brasil*, São Paulo, Editora Contexto, 2008.

Holanda, Sérgio Buarque de, org., *O Brasil monárquico*, São Paulo, Difel, 1976, Coleção História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes.

Jancsó, István, org., *Independência: história e historiografia*, São Paulo, Editora Hucitec, 2005.

Karasch, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Lenharo, Alcir, *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*, São Paulo, Símbolo, 1979.

Lima, Ivana Stolze, *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no império do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

Lustosa, Isabel, *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Lyra, Maria de Lourdes Viana, *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

Machado, Maria Helena, *O plano e o pânico: os movimentos na década da abolição*, Rio de Janeiro/São Paulo, Editora da UFRJ/Edusp, 1994.

Malerba, Jurandir, org., *A Independência brasileira: novas dimensões*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

Marson, Isabel, *O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

Mattos, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*, São Paulo, HUCITEC, 1987.

Mello, Evaldo Cabral de, *O norte agrário e o império, 1871-1889*, Rio de Janeiro/Brasília, Nova Fronteira/INL, 1984.

Mencarelli, Fernando Antonio, *Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1999.

Mendonça, Joseli Maria Nunes, *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1999.

Mota, Carlos Guilherme, *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972.

Motta, Márcia, *Nas fronteiras do poder: cotidiano e direito à terra no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

Pena, Eduardo Spiller, *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.

Pereira, Leonardo Affonso de Miranda, *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2004.

Pirola, Ricardo Figueiredo, *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2011.

Popinigis, Fabiane, *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

Prado Jr., Caio, *Evolução política do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1979 (1a. edição: 1933).

Prado Jr., Caio, *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1980 (1a. edição: 1945).

Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos; Carvalho, Marcus J. M., *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822- c. 1853)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

Reis, João José, Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

Reis, João José, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003 (2ª. edição).

Ribeiro, Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro, RelumeDumará, 2002.

Rodrigues, Jaime, *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao*

Rio de Janeiro (1780-1860), São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Salles, Ricardo, E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

Schwarcz, Lília, O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

Schwarcz, Lília, As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos, São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

Schwarz, Roberto, Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro, São Paulo, Duas Cidades, 1981.

Schwarz, Roberto, Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis, São Paulo, Duas Cidades, 1990.

Silva, Lúcia Osório, Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

Slenes, Robert, Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava –Brasil sudeste, século XIX, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Souza, Iara Lis Carvalho, Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831), São Paulo, Editora da UNESP, 1999.

Stein, Stanley, Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

Campinas, 04 de abril de 2016.